



Mais de 500 repartições ligadas à AGU estão sem chefia

Mais de 500 repartições ligadas à Advocacia-Geral da União estão sem chefia por causa da entrega de cargos de membros da AGU em protesto por melhores condições de trabalho e equiparação remuneratória. Foram entregues até agora mais de 1.300 pedidos de exoneração das quatro carreiras da AGU, entre Procuradores da Fazenda Nacional, Advogados da União, Procuradores do Banco Central e Procuradores Federais. Os dados são do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz). Eles pedem aumento do orçamento da AGU, criação de carreira de apoio e equiparação remuneratória com os membros do MP e da DPU.

O número, porém, pode aumentar. A União dos Advogados Públicos Federais da União (Unafe) informou na última segunda-feira (8/6) que procuradores-chefes junto às autarquias e fundações federais assinaram documento coletivo informando que não havendo mudanças emergenciais, entregarão seus cargos de chefia. Das 158 autarquias, 78 chefes das unidades manifestaram a intenção de entrega dos cargos.

Desobediência coordenada

Sete entidades que representam membros da AGU divulgaram orientações gerais de dinâmica de trabalho aos associados que entregaram seus cargos. Eles devem deixar de praticar atos decisórios, não preparar relatórios de caráter administrativo, deixar de responder a ofícios enviados por órgãos externos, deixar de exercer o relacionamento institucional com outras funções essenciais à Justiça como Ministério Público e Defensoria Pública, devendo encaminhar a demanda à chefia imediata. Também devem se recusar a testemunhar em processos administrativos, civis ou penais nos quais tenha funcionado, judicial ou extrajudicialmente.

“A orientação base é a de que todos aqueles que entregaram seus cargos já se considerem desobrigados a praticar os atos inerentes a estes. Deve persistir de maneira precária somente o ato de mero expediente relativo ao encaminhamento daqueles à chefia imediata, como forma de observância da continuidade do serviço público”, diz o documento assinado pela Anajur, Anauni, Anpaf, Anpprev, APBC, Sinprofaz e Unafe.

De acordo com **Bruno Fortes**, presidente da Associação Nacional dos Advogados da União (Anauni), as orientações foram traçadas porque a direção da AGU não efetivou os pedidos de exoneração dos cargos. Ele diz que a categoria não quer fazer greve. “As orientações, diante da inação da direção da AGU, são para não paralisar o órgão”, disse. “O movimento é legítimo para mostrar ao governo que a AGU precisa de socorro”, acrescentou.

“A partir desta segunda-feira nos consideramos desobrigados a analisar e conceder qualquer ato decisório. Enquanto não forem publicadas as exonerações, os membros vão continuar fisicamente lá, mas não vão exercer atividades de chefia”, disse **Heráclio Camargo**, presidente do Sinprofaz.

O documento diz também que as entidades chegaram ao consenso de que a judicialização coletiva da entrega de cargos não seria conveniente, “uma vez que todo o nosso movimento iria depender exclusivamente do Judiciário, sobretudo se concentrado num único órgão jurisdicional”. A AGU foi



procurada pela reportagem, mas não se manifestou sobre o assunto até a publicação desta reportagem.

Clique [aqui](#) para ler o documento com as orientações das entidades.

Date Created

09/06/2015